

**Nº. 15/2026____ ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NÃO PÚBLICA, DO
DIA TRÊS DE JULHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS. _____**

____No dia três de julho do ano dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, sob a Presidência do Senhor Mário de Sousa Passos, com a presença dos Senhores Vereadores, Cláudia Margarida Pereira Vieira, Hélder Joaquim Fernandes Pereira, Silvestre Ivo Sá Machado, Susana Maria Costa Pereira, Alfredo Augusto Azevedo Moraes Lima, Neide Maria Oliveira Ribeiro, Pedro Manuel Santos Oliveira, Camilo Manuel Maia Pinheiro, Hélder Bruno Ferreira Lopes e Vânia Alexandra Araújo Grilo Oliveira Marçal. _____

____ O Senhor Vereador Eduardo Salvador Costa Oliveira, eleito pela lista do Partido Socialista, não esteve presente na reunião, tendo comunicado, atempadamente, essa impossibilidade, sendo substituído pelo candidato a seguir na respetiva lista do Partido Socialista, Hélder Bruno Ferreira Lopes. _____

____ O Senhor Vereador Pedro Manuel Soares Alves, eleito pela lista do Partido CHEGA, não esteve presente na reunião, tendo comunicado, atempadamente, essa impossibilidade, sendo substituído pelo candidato a seguir na respetiva lista do Partido CHEGA, Camilo Manuel Maia Pinheiro. _____

____Eram nove horas quando o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. _____

*-ASSUNTOS INSCRITOS NA AGENDA DE TRABALHOS E DELIBERAÇÕES
PROFERIDAS: _____*

ORDEM DO DIA: _____

PRESIDÊNCIA: _____

1 - COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS DOS 50 ANOS DO PODER LOCAL
DEMOCRÁTICO E DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 1976. _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“No decorrer do próximo mês de dezembro de 2026, Portugal assinala o cinquentenário das primeiras Eleições Autárquicas livres da nossa história contemporânea, realizadas a 12 de dezembro de 1976. Esta data constitui o marco fundador do Poder Local Democrático, um dos pilares mais sólidos e bem-sucedidos da nossa matriz constitucional e democrática. _____

Assinalar esta efeméride no nosso Município não é um mero ato protocolar, mas sim um dever institucional, cívico e pedagógico. A realização de um programa oficial de comemorações justifica-se plenamente com base nos seguintes pressupostos e fundamentos: _____

1. A Consagração da Democracia de Proximidade _____

O Poder Local é a vertente mais tangível e humanizada da Democracia. É a política que tem nome, rosto e endereço. Celebrar estes 50 anos significa enaltecer um modelo de governação que aproximou os cidadãos dos centros de decisão, fomentou a participação cívica ativa e permitiu resolver os problemas reais das populações no local exato onde eles emergem. _____

2. O Reconhecimento do Progresso e da Qualidade de Vida no Território _____

Estas cinco décadas traduziram-se numa transformação profunda e sem precedentes no mapa do nosso concelho. Evocar este percurso permite recordar o salto qualitativo estrutural entre o território de 1974 - marcado por graves carências em equipamentos, redes de água, saneamento, eletricidade e acessibilidades - e a realidade atual. O Poder Local foi o motor que ergueu a rede escolar moderna, os equipamentos culturais e desportivos, os parques ambientais e as zonas industriais que hoje sustentam a nossa economia e a coesão de todas as nossas 39 freguesias. _____

3. A Justa Homenagem aos Autarcas da Nossa História _____

As comemorações constituem o momento solene ideal para prestar um público e merecido tributo a todos os cidadãos que, ao longo de 50 anos, serviram a nossa comunidade.

Falamos dos Presidentes de Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta e Membros de Assembleias de Freguesia que, muitas vezes com escassez de recursos, mas com enorme espírito de missão, dedicaram as suas vidas ao desenvolvimento da nossa terra. _____

Neste âmbito, assume particular relevo a justa e devida homenagem institucional aos presidentes de câmara que assumiram a governação e lideraram os destinos de Vila Nova de Famalicão ao longo deste percurso histórico, integrando quer a transição democrática pós-25 de Abril, quer os mandatos constitucionais subsequentes: _____

- António Pinheiro Braga (Presidente da Comissão Administrativa pós-25 de Abril, 1974-1976) _____
- José Carlos Pereira Gomes Marinho (1976-1979) _____
- Antero Alexandre de Castro Martins (1980-1982) _____
- Agostinho Peixoto Fernandes (1983-2001) _____
- Armindo Borges Alves da Costa (2002-2013) _____
- Paulo Alexandre Matos Cunha (2013-2021) _____

A nota biográfica de cada um dos Autarcas encontra-se no documento em anexo (ANEXO I) e que integra a presente proposta. _____

4. Um Imperativo Pedagógico e Intergeracional _____

É fundamental assegurar a transmissão desta memória coletiva às gerações mais jovens, que já nasceram num território integralmente infraestruturado e em plena liberdade. O programa comemorativo deve assumir uma forte componente escolar e formativa, explicando aos estudantes como se construiu o bem-estar e a autonomia regional de que hoje usufruem. _____

5. A Reflexão Estratégica sobre o Futuro do Municipalismo _____

Longe de ser apenas um olhar sobre o passado, esta celebração surge num momento de maturidade democrática, marcado pelo complexo processo de descentralização de

competências do Estado Central (nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social).
Comemorar os 50 anos do Poder Local confere o enquadramento político e institucional necessário para debater o futuro da autonomia municipal, preparando o concelho para os desafios da habitação acessível, da transição digital e das alterações climáticas, entre outros. _____

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere: _____

1. Aprovar a instituição do Programa Oficial das Comemorações Municipais dos 50 Anos do Poder Local Democrático e das eleições autárquicas de 1976, como iniciativa de elevada importância institucional, valorativa do legado dos 50 anos do poder local e que perpetua a memória, os nomes e a obra dos seus protagonistas, com especial reconhecimento aos Presidentes de Câmara que, ao longo deste meio século, serviram o Município e as suas populações: _____

1.1 O programa comemorativo (ANEXO II) integra as seguintes atividades: _____

1.1.1 Criação de um núcleo expositivo permanente dedicado aos cinquenta anos do Poder Local Democrático na Exposição "Tempo, Espaço & Ser - Território de Vila Nova de Famalicão", instalada na Casa da Território. _____

1.1.2 Organização e produção de uma Exposição itinerante: 50 anos do Poder Local no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

1.1.3 Ciclo de Conferências "De Famalicão para o Mundo - 50 anos de Poder Local":
Convidados - Agostinho Fernandes, Armindo Costa e Paulo Cunha. _____

1.1.4 Aulas Abertas "Memórias de Abril": 3 Presidentes, 3 Escolas, 3 Épocas. _____

1.2 O programa comemorativo consagra a criação e inauguração de uma obra de arte urbana de homenagem aos 50 anos do Poder Local Democrático. _____

1.3 O programa comemorativo decorrerá ao longo do corrente ano e do ano de 2027, culminando nas celebrações do dia 25 de abril de 2027. _____

1.4 O programa comemorativo promoverá o envolvimento das freguesias do Concelho através da descentralização das iniciativas comemorativas, assegurando que a homenagem aos 50 anos do Poder Local Democrático seja vivida e partilhada por todas as comunidades do território famalicense.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA, QUE APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE 2025, A PROPOSTA É APROVADA EM MINUTA. _____

-O TEOR DA DECLARAÇÃO DE VOTO FICA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTA ATA EM ANEXO. _____

_____ **PARTIDO SOCIALISTA:** _____

2 - ATRIBUIÇÃO DO NOME DOS PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL, AGOSTINHO FERNANDES E ARMINDO COSTA, AOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS CASA DAS ARTES E PARQUE DA CIDADE, RESPETIVAMENTE.

Dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS, cujo teor se transcreve: _____

“No processo de consolidação da democracia em Portugal, após a Revolução de Abril de 1974, o poder local tem aparecido como uma das suas maiores realizações. No discurso político de autarcas, de parlamentares e de ministros, anda associado à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património ou à valorização das culturas regionais. Tem servido, nessa medida, de tema em que se projetam aspirações e anseios, vontades de mudança e de estabilidade, e se iravam conflitos e se ensaiam algumas alternativas às democracias representativas, a nível do Estado. Mas o poder autárquico tem também

valido mais pelas esperanças que abre e pelas simbologias de que se reveste do que pelo seu real funcionamento como democracia participativa. _____

Recorrendo às palavras do Professor Doutor António Teixeira Fernandes, sociólogo que se assumiu não só como um pioneiro do ensino da Sociologia na Universidade do Porto e estudioso do Poder Local, este em Portugal, desde 1974, tem passado por diversas fases de desenvolvimento. _____

Citando, a partir de artigo dado à estampa em 2017 na revista Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no seu início, a tendência vai no sentido do intervencionismo. É o tempo de uma relativa mobilização das populações e do seu despertar para a participação política. _____

À crescente reivindicação de grupos e de movimentos sociais, responde o poder autárquico com ações dirigidas à satisfação de necessidades de base e à melhoria das suas condições de vida. _____

Numa segunda fase, diminui o empenhamento ideológico e partidário e, em contrapartida, aumenta a vontade de liderança efetiva no campo do desenvolvimento. _____

A experiência de gestão autárquica, no decurso destas diferentes fases, introduziu, por sua vez, mudanças significativas no perfil do presidente de Câmara Municipal. _____

De agente predominantemente político, o detentor do poder autárquico tem-se vindo a configurar sobretudo sob a forma de gestor, pelo que cresce a necessidade de formação técnica do pessoal ligado à administração autárquica. _____

Especialmente pelo papel inovador de gestor que se lhe exige, não apenas no papel de gestor de finanças públicas, mas de expectativas das pessoas e como conciliar a plêiade de necessidades que estas pretendem ver satisfeitas com a escassez dos recursos. _____

Exige-se ainda que o mesmo seja um profundo conhecedor do tecido social das comunidades locais, porquanto este não é homogéneo. Podemos considerar três áreas fundamentais. Existe, no centro, um núcleo propriamente político, constituído pelos

órgãos do poder autárquico, Câmaras e Freguesias. Trata-se do sistema político em sentido estrito. Eleitos pela comunidade, estes órgãos desempenham atividades de gestão dos interesses do Município e tendem a incarnar a vontade da coletividade. A eles se associam as formações partidárias. _____

Numa área intermédia, estão os agentes coletivos, formados pelas diversas associações. Estas associações são aglutinadoras de interesses partilhados, nos domínios da economia, da cultura e do desporto, e podem atuar, em casos concretos, como meios de animação e de mobilização da população global e como ponto de partida para a elaboração de projetos coletivos. Com eles, o poder autárquico tem vindo a estabelecer relações preferenciais. A formação dos autarcas, as suas filiações anteriores e os programas de gestão podem levar a privilegiar uns em detrimento de outros. _____

Na zona mais periférica, encontra-se a população “desorganizada” do Município. Dizemos “desorganizada”, na medida em que não aparece associada em formas organizacionais voltadas para uma atividade específica ou global. Mas não se trata também, necessariamente, de uma massa amorfa. Está-se, antes, perante uma situação em que não atuam nem o espírito nem os fatores de democratização. _____

Sensível ao processo em curso na época, Alexis de Tocqueville observava que a Democracia se jogava “em cada porção do território, a fim de multiplicar ao infinito, para os cidadãos, as ocasiões de agir em conjunto, e de os fazer sentir todos os dias que dependem uns dos outros”. O défice democrático nas nossas sociedades resulta, em grande parte, da falta desta consciência e desta ação comuns. _____

E é aqui que os verdadeiros líderes têm um papel primordial. Hoje espera-se, deseja-se e impõe-se que os mesmos saibam ler as diversas formas de coagulação social, as diferentes expressões de associação e as forças vivas coletivas da comunidade, que se formam à volta de necessidades, aspirações e reivindicações. A ação governativa deve ser uma fonte

de dinamização e gestão das estratégias comuns, e a politização opera-se mediante o debate público. _____

Embora o futuro não possa - ou, mais rigorosamente, não deva - ser predeterminado, para que desabroche sempre em esperança e em liberdade, quando conscientemente assumido, associa-se estreitamente à vitalidade cultural das comunidades locais. Se existe uma inter-relação entre vida cultural, prática democrática e desenvolvimento, é porque a cultura permite à coletividade situar-se no tempo e no espaço, interpretando a situação existente e visualizando o futuro. A ela estão igualmente ligados o despertar e a afirmação da própria identidade. _____

A vivência da Democracia está, pois, diretamente correlacionada com a promoção do desenvolvimento social. É a nível local que este desenvolvimento se opera com efeitos visíveis para a comunidade. A participação tende a concretizar-se neste objetivo e neste processo, na medida em que dele depende a qualidade de vida e o bem-estar das populações. As estratégias de desenvolvimento servem de conteúdo à prática da Democracia. Pensamos que as sociedades humanas têm capacidades para dimensionar as suas necessidades, para discernir as suas aspirações e para conduzir, em autonomia, os seus próprios projetos, em processos concretos de desenvolvimento. _____

O destino das populações não pode ser determinado por via impositiva. Tem de resultar de uma escolha livre, inspirada por uma visão de futuro. A qualquer candidato autárquico dever-se-ia perguntar não o que quer fazer, mas antes como pretende que, o seu concelho ou a sua freguesia seja, dali a 10 anos, por exemplo. Porque dizer que se quer fazer uma obra é fácil, agora explicar qual é o papel transformador que se pretende alcançar com o somatório das obras e investimentos já não é para qualquer um! _____

Podemos ter os maiores pacotes de subsídios, os maiores envelopes financeiros para a sociedade civil, as suas associações e não estarmos a construir coisa alguma! Despejar

alegremente dinheiro pelo território e andar de festa em festa em constantes autoelogios não é seguramente aquilo que se espera dum líder com visão, com rasgo e com mundo. Da liderança espera-se que seja sustentável, fazendo com que o líder atue com sentido de urgência, aprendendo com o passado e com a diversidade de posturas e instrumentos com que se depara no processo de governação. _____

A liderança comporta sete princípios da sustentabilidade, a saber: _____

Profundidade: a liderança sustentável importa; é essencial para a sustentabilidade e inovação das organizações e assume-se como um princípio orientado para a aprendizagem. É, de facto, aprofundando a sua capacidade de aprendizagem no quotidiano da sua ação, que a liderança se renova e se apresenta como eficaz para a governação do local. _____

Durabilidade: a liderança preserva e promove, ao longo do tempo, os aspetos mais valiosos da vida. Este princípio assegura a estabilidade da organização nos momentos de sucessão, ao mesmo tempo que implica os líderes atuais a envolver, a estimular e a motivar as pessoas na liderança, preparando-as para assumir aquelas funções. _____

Amplitude: liderança sustentável é uma liderança distribuída, dissemina-se, estimula e contagia; age por ressonância. Exige do líder uma postura assertiva, bem como a capacidade para delegar tarefas, descentralizando e abrindo espaço para o empoderamento das pessoas na organização. _____

Justiça: a liderança não progride à custa das pessoas que lidera, bem como de outras organizações; não é autocentrada: é, pelo contrário, socialmente justa. Os líderes sustentáveis observam a organização holisticamente e agem por forma a traduzir as suas opções no sucesso de todos. Na ação destes líderes há uma componente cívica muito forte.

Diversidade: evita padronizar e aprende com a diversidade de agentes que compõem os seus círculos de relacionamento. O líder sustentável reconhece e aprende a criar redes de comunicação diversificadas, empenhando-se em compreender outras culturas e formas de

potenciar a ação da sua organização. Os líderes eficazes compreendem o valor e o papel da criação de conhecimento e fazem disso uma prioridade, tentando estabelecer e reforçar hábitos de intercâmbio de conhecimento entre membros organizacionais. _____

Disponibilidade de recursos: é prudente, dispõe de recursos, sem desperdiçar dinheiro, nem pessoas. O líder sustentável valoriza os interesses comunitários ao invés dos individuais, rentabilizando os recursos e gerando consensos alargados. _____

Conservação: a liderança sustentável honra o que de melhor existe no passado e aprende com ele, tendo em vista criar um futuro ainda melhor, revisita e revive as memórias organizacionais, honrando o saber dos que transportam essa lembrança. O líder sustentável constrói uma visão para a organização que é diacrónica, isto é, consubstancia-se e desenvolve-se, consciente dos tempos e espaços percorridos e em (des)construção.

Aqui chegados, estamos em crer que existem dois nomes que serão unanimemente reconhecidos com líderes sustentáveis, com visão e que muito fizeram e deram por Vila Nova de Famalicão: Agostinho Peixoto Fernandes e Armindo Borges Alves da Costa. _

Ambos Presidentes de Câmara Municipal, líderes de projetos diferentes, com visões inspiradoras e galvanizadoras de fatias substanciais da sociedade civil famalicenses que, em diferentes momentos, se reviu e sentiu motivada pela esperança e sonho que ambos souberam alimentar. _____

Agostinho Peixoto Fernandes nasceu em Joane, em 1942. Após a instrução primária, ingressou na austera Ordem do Carmo, em Viana do Castelo, tendo terminado a licenciatura em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. _____

Como professor do ensino Secundário ocupou, a partir de 1974, vários cargos de gestão em estabelecimentos de ensino. Entre 1980 e 1982 foi vereador da Cultura, pelo Partido Socialista, na Câmara Municipal de Famalicão, sendo Presidente Antero Martins, do PSD, onde alicerçou uma política inovadora nesta área. Promoveu os Encontros

Municipais e de Formação Autárquica, fundou o Boletim Cultural. Dinamizou o movimento associativo local. _____

Em 1983 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, cargo que ocupou até 2001. O seu trabalho de autarca a favor da Educação, Ensino e Ação social (foi um dos primeiros autarcas do país a criar no seu concelho uma rede pública de infantários) foi reconhecido em 1993 pela UNICEF, que o declarou Presidente da Câmara Amigo das Crianças. _____

Ao longo dos seus sucessivos mandatos – que se estenderam por um período de quase 20 anos - o concelho mudou substancialmente. A implantação de infraestruturas como o CITEVE, Matadouro Central de Entre Douro e Minho, Universidade Lusíada, Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, Biblioteca Municipal, Casa das Artes, Museu da Indústria Têxtil e piscinas municipais são algumas das obras de referência. _____

Armindo Borges Alves da Costa nasceu em Gavião em 1938 e fundou em 1975 a empresa do sector do calçado ACO, a qual ainda hoje dirige. Licenciou-se em Arquitetura pela Universidade Lusíada e foi vereador no mandato de 1997^a 2001, tendo depois sido presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 2002 e 2013. _____

Foi responsável por um forte impulso de desenvolvimento no concelho. A construção do Parque da Devesa, a modernização do Parque Escolar Concelhio, incluindo os manuais Escolares Gratuitos, Centro Cultural de Seide, Arquivo Municipal, Casa da Juventude, novo Tribunal de Famalicão, Variante Nascente à Cidade, Centro de Saúde de Delães, Rede Viária, água e saneamento e a força da vertente cultural foram alguns dos legados por si deixados. _____

No percurso nem sempre coincidente na maneira de abordar as questões e de atuar, existiram, no entanto, pontos comuns. Ambos vieram do povo, como se costuma dizer, subiram a pulso na vida e formaram-se em têmpera rija. Partilharam ainda a proximidade

com as pessoas, que neles era natural o que lhes permitia manter a probidade do cargo sem perder a face do humanismo que um líder visionário deve ter. _____

Cremos ser dispensável mais encómio, até porque os visados deles não precisam, o seu exemplo e obra falam por si. Urge, assim, que se tome posição firme sobre a proposta que aqui hoje se apresenta. Sem tibiezas e subterfúgios de ocasião; aliás, este é um momento que deve ser de união e unanimidade. É aqui que as palavras se materializam em ações concretas: de que serve proclamar-se como um democrata, respeitador das opiniões e posturas diferentes da nossa para depois, quando se é confrontado com uma ação concreta, tudo se renega? _____

No mais, os signatários sinalizam que existe enquadramento legal para a formulação desta proposta, porquanto o legislador no Regime Jurídico das Autarquias Locais prevê no artigo 23.º do diploma enquadrador um vasto conjunto de atribuições dos Municípios, mas teve o cuidado de não tornar aquele um elenco fechado. O legislador optou por elencar dezasseis atribuições e deixar campo aberto ao entendimento dos atores políticos através do recurso ao advérbio “designadamente”; seguidamente, no artigo 33.º indica o legislador quais as competências do órgão coletivo de natureza executiva chamado Câmara Municipal. _____

Aqui chegados, é imperioso afirmar que se considera que o assunto da presente proposta é matéria que se encontra entre as atribuições e competências da Câmara Municipal, pelo que soçobrarão desde logo quaisquer objeções que se queiram levantar por essa via. ____

Também se considera que a proposta se compreende no conceito de interesse coletivo geral das populações do Município; cabe em primeira linha à atividade política, enquanto atividade pública do Estado, definir o interesse geral da coletividade, cabendo, por seu turno, à Administração Pública a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas definidas por Lei sendo esta, conforme Freitas do Amaral na sua obra «Curso de Direito

Administrativo», volume I da editora Almedina, «o fundamento, o critério e o limite de toda a atividade administrativa». _____

As autarquias locais sendo pessoas coletivas públicas diferentes do Estado, enquadram-se dentro da organização democrática do Estado e respondem à necessidade de assegurar a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas, desenvolvendo uma atividade administrativa própria regulada por Lei. _____

São, na verdade, os interesses comuns das populações, unidas pelos laços de comunidade, que servem de fundamento à existência das autarquias locais, cujas atribuições se encontram atualmente descritas abstratamente, a título exemplificativo, no sobredito Regime Jurídico das Autarquias Locais, sendo que estas exigem uma avaliação dos órgãos do Município. _____

Mas importa considerar, citando Sérvulo Correia na obra «Noções de Direito Administrativo», Volume II, o juízo de graduação ou intensidade do interesse público que se exige à Administração dificilmente assentará em parâmetros estritamente legais; na verdade, sendo uma avaliação materialmente discricionária, o interesse público funciona como um limite interno da atividade administrativa na possibilidade de escolha dos bens suscetíveis de satisfazerem as necessidades públicas. _____

O conceito de interesse público municipal afere-se, pois, através da individualização casuística desse mesmo interesse por referência a um conceito abstrato de bem público, interesse geral da coletividade local. Cabe, pois, à Administração avaliar a idoneidade deste interesse público, sempre com referência à ideia de interesse público prefigurado quer na Lei Fundamental, quer na restante legislação em geral referida. _____

À Administração cabe, então, avaliar a situação em concreto se essa finalidade é idónea para a satisfação do bem comum, no sentido de interesse público municipal, devendo esta igualmente atuar a fim de facultar, por modo regular e contínuo, a quantos deles careçam, os meios idóneos para satisfação de uma necessidade coletiva individualmente sentida.

Podemos, pois, dizer que estamos na presença de um interesse público municipal quando se esteja na presença de um interesse indivisível duma pluralidade de pessoas em relação a bens de satisfazerem, não necessidades individuais, mas sim necessidades comuns de todas essas pessoas. _____

Na mesma linha doutrinal, Freitas do Amaral, na obra já citada, que afirma que interesse público é o interesse geral de uma determinada comunidade, é o bem comum, sendo o mesmo também visto como aquilo que é necessário para, tal como dizia S. Tomás de Aquino, que os homens não apenas vivam, mas vivam bem. _____

Eis porque acima se escreveu que este é o momento de sem tibiezas e subterfúgios cada um honrar, em primeiro lugar, a sua memória pois à palavra deve corresponder a ação e, em segundo lugar, honrar a memória coletiva, e assumir que existem homens que pela força da sua ação, da sua visão e da sua liderança se alcandoraram a um lugar de relevo na História de Vila Nova de Famalicão. _____

Aqui chegados referência para dois equipamentos que materializaram a liderança dos eleitos locais acima mencionados. _____

A Casa das Artes, o Teatro Municipal de Vila Nova de Famalicão, equipamento inaugurado em 2001, cuja missão se define através da criação, fruição e apresentação de projetos artísticos e culturais, de todos e para todos, foi pensado e concretizado por um executivo presidido por Agostinho Fernandes. _____

O edifício, localizado no centro urbano da cidade, é obra do arquiteto Pedro Ramalho. Nas paredes, o artista plástico Ângelo de Sousa introduziu elementos de cor que evocam ondulantes fitas festivas. _____

Quanto ao Parque da Devesa, assinala-se que o Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental da Cidade, de 1971, classificou como espaço verde e corredores verdes todo o contínuo de campos em torno do rio, que assim se preservaram com a função de garantir

a transição entre o centro urbano consolidado e a nova frente de expansão. É então materializada em desenho, a área que se destinaria a este grande parque. _____

Em 1990, com a elaboração do Estudo Urbanístico do Eixo Norte-Sul, definiu-se o vale do Rio Pelhe e a área então chamada de Quinta da Devesa como áreas fundamentais da estrutura e imagem urbanas da cidade e, como tal, vocacionadas para a criação de um parque urbano. Esta intenção ficou posteriormente consagrada em sede de Plano Diretor Municipal, aprovado em 1994, com a classificação desta zona como Espaço Verde Urbano. _____

Em 2001 foi decidida a elaboração do Plano de Urbanização da Devesa, com o objetivo de dar resposta às necessidades de habitação da cidade e melhorar a fluidez do trânsito urbano, mas também de contribuir de forma decisiva para a Estrutura Ecológica Urbana do município através da despoluição do Rio Pelhe e da execução de um parque urbano desejado pela comunidade famalicense. _____

Esta obra foi executada através de uma Parceria para a Regeneração Urbana do Parque da Devesa, em que foram parceiros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a CESPUP, o CITEVE, a Associação de Moradores das Lameiras e a ADRAVE, que englobou ainda um conjunto de investimentos públicos e privados, designados por Ações Complementares, que se relacionam diretamente com a área de intervenção e que contribuíram para a maximização dos seus efeitos induzidos. _____

Depois de 50 anos de aspirações da população, o projeto, da autoria do arquiteto famalicense Noé Diniz, foi aprovado, a obra iniciou-se no segundo semestre de 2011, e o Parque da Devesa foi inaugurado a 28 de setembro de 2012 sendo presidente Armindo Costa. _____

Nestes termos, propõem os subscritores, atentos os factos e fundamentos invocados que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Atribuir a denominação Pública da Casa das Artes o nome “Casa das Artes Dr. Agostinho Fernandes” _____

2 - Atribuir a denominação Pública do Parque da Devesa o nome “Parque da Devesa Arq. Armindo Costa”.” _____

_____ **REJEITADA POR MAIORIA.** _____

-VOTARAM CONTRA OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP, QUE APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO. _____

-ABSTEVE-SE O SENHOR VEREADOR ELEITO PELO CHEGA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE 2025, A PROPOSTA É APROVADA EM MINUTA. _____

DECLARAÇÃO DE VOTO: _____

“Os eleitos pela Coligação Mais Ação, Mais Famalicão votam contra a proposta apresentada pelo Partido Socialista de atribuição do nome dos Presidentes da Câmara Municipal Agostinho Fernandes e Armindo Costa, aos equipamentos municipais Casa das Artes e Parque da Devesa, respetivamente, por esta consubstanciar uma homenagem seletiva e parcial aos 50 Anos do Poder Local em Vila Nova de Famalicão e pelo carácter oportunista e populista da proposta. _____

O PS enquadra o momento de apresentação da proposta pela “proximidade das celebrações do Dia da Cidade”, omitindo de forma deliberada que foi precisamente nestas celebrações que os referidos Presidentes da Câmara, Agostinho Fernandes e Armindo Costa, foram agraciados com a atribuição do título de Cidadão Honorário, em 2018 e 2014, respetivamente. _____

Os eleitos da Coligação Mais Ação, Mais Famalicão não concordam com o nivelamento das gestões de Agostinho Fernandes e Armindo Costa. Apesar de reconhecerem méritos

a ambas as gestões, a de Agostinho Fernandes resultou numa câmara endividada e num concelho com futuro comprometido. Já a gestão autárquica de Armindo Costa resultou numa Câmara próspera, num concelho infraestruturado e em franco processo de desenvolvimento. Mas não esquecemos os méritos, que não foram poucos, dos outros presidentes de Câmara, como José Carlos Marinho, Antero Martins e Paulo Cunha. ____

Os eleitos da Coligação Mais Ação, Mais Famalicão, não conseguem e não podem esquecer as várias posições públicas do Partido Socialista ao longo dos anos sobre a construção do Parque da Devesa, que não foram capazes de executar, e sobre a própria gestão de Armindo Costa. _____

Por exemplo, na Assembleia Municipal de vinte de Fevereiro de 2009, por altura da discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desanexação e aceitação de cedência de uma parcela de terreno com a área de 134.235 m2, que o Partido Socialista votou contra na reunião de Câmara, destinada à implantação do Parque Urbano da Cidade ou da Devesa, o deputado Acácio Silva, do Partido Socialista, afirmava com todas as letras “Eu de facto também considero que isto é uma noite histórica, mas, no meu modesto entendimento, pela acumulação de erros e coisas sem sentido.” _____

Foi com esta convicção que os vereadores do PS da Câmara Municipal votaram contra o empréstimo a longo prazo que viabilizou a construção do Parque, em 13 de outubro de 2010. “A proposta hoje em apreciação, para contração de um empréstimo a 20 anos, no montante de 3 500 000 euros (três milhões e quinhentos mil euros), destinado à rede viária da devesa e ao parque da cidade, confirma, uma vez mais, que a coligação PSD/CDS não consegue mais do que pensar na gestão corrente.” _____

Na reunião da Assembleia de 4 de maio de 2012, o deputado do PS Nuno Sá, dizia “sobre o mérito do Parque da Cidade muito já foi dito e para o Partido Socialista, resulta de uma oportunidade perdida, claramente uma oportunidade perdida”. _____

Na Assembleia de 27 de dezembro de 2012, o deputado Luís Moniz, do PS, justificava assim a recusa da bancada socialista em acompanhar o voto de congratulação pela inauguração do Parque da Devesa: “Este é um anseio dos famalicenses e não pode ser um capricho do senhor Presidente da Câmara, nem um sonho do senhor Presidente da Câmara! Esta obra deverá ser muito mais do que isso. E o cume da personalidade que procurou colocar nesta obra até o levaria porventura a colocar na alameda o nome do senhor Presidente, mas até isso seria um exagero, e então a alternativa que encontraram, foi colocar um nome de um ícone revivalista da direita, que no caso Sá Carneiro, do qual se saiba não tem nenhuma ligação a Famalicão. Poderiam ter ido por outra via. E, senhor Presidente, quem vê a vossa proposta e quem vê os jornais e as notícias que os senhores tentam deitar cá para fora, parece que o trabalho desta Câmara, o trabalho do senhor Presidente se esgotou na realização deste parque. Mas, senhor Presidente, há um legado que vocês deixam e o legado não é o parque. O legado é cerca de 50% das freguesias que não têm água nem saneamento! Legado é este gasto com assessores! Por isso não pensem que a realização do parque vai escamotear esta realidade e vão ser julgados por isto na altura das eleições.” _____

Aliás, recuando no tempo, a propósito da elaboração e aprovação de Plano de Urbanização da Devesa, que criou as necessárias condições para a execução do parque, na reunião da Assembleia Municipal de 30 de março de 2015, o Partido Socialista, através do deputado Paulo Pinto, declarou: “Estamos hoje aqui perante aquele que provavelmente será o caso mais grave da democracia famalicense até hoje. Todos os que estamos aqui, temos de ter consciência do que está aqui em causa hoje e de que forma cada um quer deixar a sua marca na história famalicense. Em consciência não há um único famalicense que queira ficar conotado com este negócio ruinoso, com este enriquecimento sem causa como foi referida pela própria Câmara.” “A coligação foi insistentemente avisada para não assinar o contrato ruinoso que assinou”. _____

Passados mais de dez anos, o mesmo deputado do Partido Socialista disse na última reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia 26 de junho de corrente ano de 2026, que o “Parque da Devesa custou muito dinheiro a todos os famalicenses, seja através da implementação, seja através da negociata que houve com o passar dos anos”. _____

Este tipo de adjetivos e de considerações sobre a fórmula que possibilitou a execução do Parque da Devesa, levou inclusivamente a que o deputado Jorge Paulo Oliveira, da Coligação Mais Ação Mais Famalicão, na reunião da Assembleia de 30 de março de 2015, deixasse bem claro que “há uma coisa que nós nunca fizemos no passado, nem no presente, nós nunca nos socorremos da insinuação e nós nunca pusemos em causa a honorabilidade, a honra e a dignidade de nenhum dos titulares de cargos políticos do passado. Por isso, não podemos aceitar expressões como “cozinhado”, “esturro”, “negociata” e outras tais como já aqui foram proferidas, e outras que constam de declarações produzidas à imprensa.” _____

É esta mesma posição que os vereadores a Coligação Mais Ação, Mais Famalicão mantêm. Temos valores, temos cultura democrática e institucional, temos memória, não conduzimos a nossa ação ao sabor do pulsar das redes sociais e de projetos de comunicação instrumentalizados. _____

A proposta do Partido Socialista de atribuição do nome de Armindo Costa ao Parque da Devesa é hipócrita, interesseira e não traduz o que o PS realmente pensa sobre os méritos deste autarca. Trata-se de uma simples manobra de diversão para esconder o histórico processo de desenvolvimento que o município atravessa. Este é um ano que, entre outras, vai ficar marcado pela inauguração de equipamentos, como o Centro de Atletismo, pela reabilitação dos centros de Saúde e de escolas como a Pe. Benjamim Salgado, pela reabilitação de estradas e construção de novos parques. _____

A proposta do PS não é séria e visa apenas ofuscar a ação do executivo. A coligação Mais Ação, Mais Famalicão tem uma proposta de comemorações dos 50 anos do Poder Local que efetivamente faz justiça à história e aos seus protagonistas. _____

Por tudo isto votamos naturalmente contra o conteúdo e objetivos desta proposta, nada tendo contra o reconhecimento público que é devido a estes ex-autarcas de Famalicão que queremos continuar a homenagear de forma séria e coerente.” _____

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, eram dez horas e dez minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata. _____

E eu, Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e assino juntamente com o Senhor Presidente. _____

Data de aprovação: 10 de julho de 2026, por unanimidade dos presentes.

O Secretário:

O Presidente da Câmara:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os eleitos do Partido Socialista apresentam a presente Declaração de Voto, para que a mesma conste na ata da presente reunião extraordinária para memória futura.

A proposta submetida pelo Presidente da Câmara representa um atropelo sem precedentes à legalidade política democrática e às regras políticas de funcionamento dos órgãos autárquicos.

Na verdade, a introdução desta proposta configurou um manifesto desvio de poder, um dos vícios que podem inquinar um ato administrativo, e grave violação político do princípio da boa-fé. O Presidente utilizou os seus poderes procedimentais, não para o interesse público, mas sim para subverter o objeto de uma reunião extraordinária que foi legitimamente pedida pelos subscritores da presente.

Infelizmente, a votação hoje imposta pelo Presidente não passou de uma manobra política oportunista para abafar, diluir e prejudicar a proposta original da oposição — que visa homenagear dois antigos autarcas e que foi ilegalmente rejeitada pelo Presidente do órgão em duas reuniões ordinárias consecutivas.

Tivesse o Presidente da Câmara Municipal cumprido a Lei, e a proposta que os eleitos do Partido Socialista tiveram de requerer que fosse agendada para apreciação em reunião extraordinária já há muito poderia ter sido discutida e votada.

No entanto, o Presidente (e apenas ele) decidiu que o seu pretenso poder de veto se sobrepunha à lei.

Apenas quando confrontado com o pedido de agendamento de uma reunião extraordinária é que se lembrou que este ano se comemoram os 50 anos do Poder Local, que Agostinho Fernandes e Armindo Costa foram presidentes de Câmara Municipal eleitos e que politicamente não pretendia votar contra uma proposta só porque a mesma era subscrita por quatro vereadores do Partido Socialista e não por si.

Numa lógica absurda, tratou de mandar fazer uma apressada proposta que traz à colação não só aqueles dois famalicenses, mas também Pinheiro Braga, Antero Martins, José Carlos Marinho e Paulo Cunha, como se o desempenho de todos estes ex-autarcas tivesse de ser politicamente nivelado pela mesma bitola. Na visão do Presidente Mário Passos não importa apurar a grandeza e a

substancia do desempenho, bastando-lhe a forma e a mera ocupação da cadeira.

De novo, infelizmente, Mário Passos esqueceu-se de falar com os que pretende homenagear, para saber a sua disponibilidade real e efetiva para participarem em eventos que o próprio, unilateralmente, sem os consultar, manda organizar e levar a cabo.

E esqueceu-se o Presidente da Câmara Municipal que em Democracia também se pode dialogar e procurar formas de consenso. Tivesse o autor da proposta de deliberação, apresentada com estes obscuros intentos, vontade democrática genuína e teria feito presente a ideia (ou até mero esboço da mesma), aos eleitos da Oposição (de todas as forças com assento no Executivo), propondo que houvesse uma proposta única numa matéria tão importante como esta. A importância política do Dr. Agostinho Fernandes e do Arq. Armindo Costa seria naturalmente credora da unanimidade dos membros do órgão Câmara Municipal.

Os eleitos do Partido Socialista consideraram, pois, que não assiste razão ao Presidente para, face a um requerimento para que convocasse uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, ter introduzido na Ordem do Dia um assunto que não consta do pedido formulado, que ao mesmo não responde e até o desvirtua. Os vereadores do Partido Socialista entendem que esta deliberação está ferida de invalidade política total, com as consequências legais que daí decorrem.

A proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal é, ainda, um despautério, uma manifestação do maior desprimor para com as normas da civilidade e espírito democrático, e a confirmação de que, na ação de alguns, impera o desrespeito pela boa-fé e pelos outros. O agraciamento público de duas personalidades, ambos cidadãos honorários deste Município, deveria ser motivo de união da comunidade e jamais motivo de “gincana política” a que temos assistido de parte de Mário Passos.

Tudo isto não é coisa pouca, mas, para rematar em glória, o Presidente entendeu que a reunião devia ser à porta fechada. A Democracia não precisa de testemunhas, pensou. E assim o fez...

É pena que tenha sido essa a sua opção, porque acaba de mostrar que mais do que boicotar a proposta do Partido Socialista, Mário Passos tem vergonha da sua proposta e do seu comportamento. É esta a única explicação para ter mandado fechar a porta do Salão Nobre aos cidadãos famalicenses.

Por último, o Presidente não foi mais feliz no teor da proposta que apresenta, porque, ao invés de eternizar o nome de ambos os ex-presidentes em equipamentos municipais que tiveram os seu esforço e cunho pessoal, coloca apenas e de forma conjectural ambos “a dar aulas” a apenas três escolas de Famalicão (sem saber se estes aceitam sequer) quando as escolas deste município são dezenas.

Percebe-se a intenção óbvia de Mário Passos de tentar apagar da História Local o contributo destes dois grandes famalicenses, reduzindo a homenagem a uma mera conjectura de momento e sem a transmitir às gerações vindouras. Nem Agostinho Fernandes, nem Armindo Costa merecem este tratamento que os relega a mera conjectura temporal ...

Por último, Mário Passos não se limita a copiar (e mal, como se vê) a ideia de homenagem a estes dois cidadãos honorários do PS. Não satisfeito, plagia nesta proposta a ideia original do Arq. Armindo Costa de uma obra de arte urbana dedicada ao poder local, quando ela já existe, a saber, da autoria do escultor Fernando Crespo, inaugurada em 2005 pela mão e iniciativa deste ex-presidente. Trata-se do mural instalado nos jardins do Município, que homenageia os fundadores do concelho e os homens e mulheres que exerceram o poder nos executivos municipais ao longo da história da cidade.

Os Vereadores,

Cláudia Margarida Pereira Vieira

Silvestre Ivo Sá Machado

Neide Maria Oliveira Ribeiro

Hélder Lopes